

Karl Polanyi, Paul Singer et al.: do contramovimento Owenista à Economia Solidária

Karl Polanyi, Paul Singer et. al.: from the Owenist countermovement to the Solidarity Economy

Luís Fernando da Costa Júnior¹
Mayra Taiza Sulzbach²

Resumo

Esta contribuição textual visa destacar a importância dos princípios teóricos da Economia Solidária na constituição de outra sociedade, na qual o homem, a terra e o dinheiro não são mercadorias. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e de natureza teórica e exploratória. Objetiva-se apresentar transformações históricas da sociedade, por meio da organização do trabalho, as quais orientam o social e contribuem para o debate atual sobre alternativas econômicas ao desenvolvimento sustentável em um cenário de Economia de Mercado globalizada. Além da introdução e das considerações finais, este artigo está organizado em três partes: a primeira se encarrega de demonstrar o movimento de institucionalização do mercado e os contramovimentos sociais e políticos no século XIX na Inglaterra, os quais deram origem ao Estado burocrático; a segunda destaca um dos contramovimentos, o Owenista, por orientar os princípios cooperativos que fundamentam a Economia Solidária, os quais integram a terceira parte e se apresentam como estruturantes para uma sociedade mais igualitária, o associativismo, contrapondo-se ao capitalismo. O associativismo, sob essa base econômica, apresenta-se como um contramovimento contemporâneo.

Palavras-chave: Economia de Mercado. Owenismo. Economia Solidária.

Abstract

This textual contribution aims to highlight the importance of the theoretical principles of Solidarity Economy in the constitution of another society, in which man, land, and money are not commodities. It is bibliographical research with a qualitative approach as well as a theoretical and exploratory nature. The goal is to present the historical transformations of society through the organization of work, guiding the societal and contributing to the current debate about economic alternatives to sustainable development in a globalized market economy scenario. Besides the introduction and the final considerations, the article is organized in three parts: the first demonstrates the institutionalization movement of the market and the societal and political countermovements in the nineteenth century in England, which gave rise to the bureaucratic State; the second part highlights one of the countermovements, the owenist because it guides the cooperative principles that substantiate the Solidarity Economy, which integrate the third part and presents as structuring for a more egalitarian society, the associativism opposing capitalism. under this economic basis, the associativism presents itself as a contemporary countermovement.

Keywords: Market Economy. Owenism. Solidarity Economy.

¹ Gestor Público (UFPR). Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS/UFPR). E-mail: uferpr@gmail.com.

² Doutora em Desenvolvimento Econômico (UFPR). Professora dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS) e Desenvolvimento e Meio Ambiente (PPGMADE) da UFPR. E-mail: mayrasulzbach@yahoo.com.br.

Introdução

Esta contribuição textual visa destacar a importância dos princípios teóricos da Economia Solidária precedentes do contramovimento Owenista em Polanyi (2000) aplicados à organização produtiva que, concomitantemente, dialogam com os princípios do associativismo de Mance (1999) e Laville e Gaiger (2009) em virtude desse transcender os limites da organização produtiva.

Recorrendo aos procedimentos científicos, de acordo com Gil (2002), Gerhardt e Silveira (2009), trata-se de uma pesquisa bibliográfica para a compreensão de teoria; constitui-se de abordagem qualitativa, por envolver relações e significados sociais; de natureza científica, pelo conhecimento estar baseado em pressupostos sintetizados na realidade; e exploratória, em virtude dos vínculos teóricos tecidos, os quais (re)significam experiências de organização social do trabalho no tempo-espaço em Polanyi (2000).

Objetiva-se apresentar transformações históricas da sociedade por meio da organização do trabalho, as quais orientaram o social e contribuem para o atual debate sobre alternativas econômicas ao desenvolvimento sustentável em um cenário de economia de mercado globalizada. Além da introdução e das considerações finais, este artigo está organizado em três partes: a primeira se encarrega de demonstrar o movimento de institucionalização do mercado e os contramovimentos sociais e políticos no século XIX na Inglaterra, os quais deram origem ao Estado burocrático; a segunda destaca um dos contramovimentos, o Owenista, por orientar os princípios da Economia Solidária, os quais integram a terceira, na qual se apresenta como estruturante para uma sociedade mais igualitária, o associativismo, contrapondo-se ao capitalismo, um contramovimento contemporâneo.

Este artigo é produto da construção teórica da dissertação “Contramovimento, Economia Solidária, Organização Produtiva: os Coletivos de Artesanato do Litoral do Paraná”, pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná (UFPR)³, a qual foi de fundamental importância para se compreender as transformações sociais decorrentes de movimentos econômicos.

Com base em Polanyi (2000), apresenta-se a discussão histórica dos contramovimentos, do início da produção industrial, que deu origem à economia de mercado. Foi durante a Revolução Industrial na Inglaterra que se originou a formação de classe, em especial dos trabalhadores, e com ela os movimentos antagônicos à organização da produção e distribuição capitalista, mas não contrários à sociedade de mercado (POLANYI, 2000).

³ Pesquisa completa disponível em: <bit.ly/coletivosartesanato>.

Dentre os movimentos contrários, Singer (2002) considerava o Owenismo o precursor empírico de sua teoria da “economia solidária”, em virtude de trazer à luz aspectos humanos nas relações sociais de produção e de distribuição. Os contramovimentos criticavam o lucro derivado do emprego, expropriação humana e mercadorização do homem, e o Owenismo apresentou “outra organização” do trabalho pelo viés humano, tal como propõe a Economia Solidária (LAVILLE; GAIGER, 2009) e o Associativismo (CHANIAL; LAVILLE, 2009).

Para Singer (2002), o Owenismo decorre do movimento precursor da Economia Solidária por ter na sua estrutura de organização do trabalho: a solidariedade, a autogestão e o compartilhamento. Princípios que, colocados em prática, impediriam a ocorrência do subemprego, da expropriação humana e da venda do “homem” como mercadoria, tal como ocorre na Economia de Mercado.

A Economia Solidária, assim, distingue-se da Economia de Mercado: por não tratar o homem como mercadoria, que é vendida/comprada para a produção, cujo resultado/produto é apropriado pelo proprietário dos meios de produção; por se constituir de princípios sociais para a organização da produção e não ao contrário; por conduzir para a apropriação coletiva e não individual dos resultados; e por imergir de propósitos cooperativos e não competitivos. Princípios que, nos tempos atuais, podem promover a superação das desigualdades sociais causadas pela Economia de Mercado (Ibidem).

A cooperação mútua, ou a solidariedade na produção, somente pode se efetivar quando seus membros são tratados como iguais; quando os membros decidem coletivamente e com horizontalidade à produção; quando os membros compartilham naturalmente os resultados, ou seja, quando ocorre a autogestão, contrapondo-se à heterogestão, organizada no formato piramidal de centralização das decisões, cabendo aos proprietários/gestores decidirem e aos trabalhadores executarem, cabendo aos proprietários os lucros e aos trabalhadores salários (Ibidem).

Por mais que a Economia de Mercado e a Economia Solidária pareçam distintas na organização da produção e distribuição, a segunda se caracteriza como um contramovimento da primeira, pela origem desta. A Economia Solidária se manifesta como um movimento contrário à Economia de Mercado por estar enraizada em princípios outros que conduzem a outras configurações sociais e políticas (POLANYI, 2000).

Os movimentos sociais para a definição de uma economia

Em busca da compreensão de elementos teóricos para a formação de uma economia, este tópico apresenta a formação da Economia de Mercado na Inglaterra com contribuições da

antropologia e da economia política e, principalmente, pela abordagem social dos contramovimentos dos trabalhadores nutridos por ideais de libertação do indivíduo, de Karl Polanyi.

No esteio da experiência inglesa, durante a Revolução Industrial no século XIX, a transição da Economia Mercantilista para a Economia de Mercado culminou com a formação da classe trabalhadora e o levante social operário reivindicativo de melhorias nas condições de trabalho nas fábricas. Tal feito contribuiu para a abertura de caminhos para a direção de outras configurações produtivas, as quais abrangeram o social ao invés de somente o econômico.

Conforme Polanyi (2000), o século XVII constituiu importante pano de fundo para as práticas econômicas sistematizadas no século XIX. No período feudal, a produção e a distribuição se baseavam em trocas de reciprocidade. As terras não eram propriedades privadas, assim, os feudos eram organizados para a produção da subsistência das pessoas que nela viviam. A partir do estabelecimento da produção e da distribuição orientadas para o mercado houve a ruptura dessa tradição social, com a predominância de instituições orientando as trocas, inclusive a formação do Estado burocrático com esse fim (POLANYI, 2000).

Paralelamente à expansão da produção inglesa para todo o continente europeu, ocorria no nível da produção os contramovimentos sociais por meio dos trabalhadores, sendo esses eventos incompatíveis para com a autorregulação determinada pelo mercado. A autorregulação propunha que a organização da produção de mercadorias deveria ser definida a partir da oferta e da demanda destas, ou ainda, a partir dos preços e quantidades definidos pela oferta e demanda. Trabalhadores (homem) e a terra (natureza), até então fatores produtivos, passariam a ter seus preços, salários e aluguéis, respectivamente, definidos pela oferta e demanda, ou seja, transformados em mercadorias compradas por dinheiro, o qual, até então somente era utilizado como meio de troca mercantil. Dinheiro, igualmente o homem e a terra, pela sua natureza, não foram produzidos para serem regulados pela oferta e demanda de mercado.

No contexto dos contramovimentos, os trabalhadores não permitiram que seus salários fossem determinados pelo livre mercado. Para Polanyi (2000), os movimentos se deram, por um lado, devido ao liberalismo estar apoiado pela classe comercial com seus interesses alinhados à produção e ao emprego, no estabelecimento de um mercado autorregulável utilizando-se do *laissez-faire* e do livre comércio e, por outro, pela organização da classe trabalhadora que se formava demandando políticas institucionais a fim de proteções sociais contra a transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadorias, num movimento contrário ao mercado autorregulável – ou seja, num contramovimento.

Para Polanyi (2000), esse duplo movimento do liberalismo econômico e da classe trabalhadora demandou um novo Estado: “se a economia de mercado foi uma ameaça para os componentes

humano e natural do tecido social [...], o que mais se poderia esperar senão que uma ampla gama de pessoas exercesse a maior pressão no sentido de obter alguma espécie de proteção?” (POLANYI, 2000, p. 182).

Os contramovimentos surgiram sem que houvesse razões planejadas para a “derrubada” do liberalismo econômico ou do *laissez-faire*. O *laissez-faire*, para Polanyi (2000), revelou sua incoerência quando seus defensores clamaram ao Estado a fim de garantir o “funcionamento” e a amplitude do mercado em detrimento dos monopólios. A partir do liberalismo econômico, os movimentos e os contramovimentos revelaram os interesses das classes sociais em virtude da busca de protecionismo pelo Estado. Polanyi (2000) advoga que os interesses foram o condutor natural das mudanças sociais e políticas, independentemente de sua origem: o interesse de classe social configura, prioritariamente, o caráter social.

Em decorrência das mobilizações das classes, foram promulgadas leis de interesse econômico destas. Para a classe trabalhadora, as medidas correspondiam às lutas contra diversas precariedades da ordem industrial: saúde, habitação, condições fabris e seguro social, revelando a primazia das garantias sociais em detrimento dos rendimentos econômicos, ou seja, as mobilizações profissionais estavam para preservar condições da vida humana, da sua existência e de seu ambiente (Ibidem).

O interesse social alcançou considerável parcela da população de diferentes formas (profissionais, consumidores, vizinhos) representado no território por determinadas funções sociais (partidos políticos, sindicatos, igrejas). Para Polanyi (2000, p. 188): “foram os interesses sociais, e não os econômicos, de diferentes segmentos da população que se viram ameaçados pelo mercado, e pessoas pertencentes a vários estratos econômicos inconscientemente conjuraram forças para conjurar o perigo”.

Os movimentos e contramovimentos, observados por Polanyi (2000), tornaram-se fundamentais para compreender o processo histórico de organização da sociedade de mercado e, também, da produção. No entanto, o contramovimento Owenista, alusivo a Robert Owen⁴, contribui para chamar a atenção à retomada de um contramovimento construtor de uma “nova” sociedade a partir da organização da produção.

⁴ Robert Owen (1771-1858) – industrial e reformador inglês, um dos representantes do chamado socialismo utópico. Na sua fábrica em *New Lanark*-Escócia, adotou melhorias sociais, como a criação de jardins de infância para os filhos dos operários e armazéns que vendiam gêneros alimentícios e outros artigos a preço de custo. Recusava-se a empregar menores de dez anos o que era um grande avanço para a época. (SANDRONI, 1999, p. 438-439).

O Owenismo: contramovimento social e político

Robert Owen foi considerado por Polanyi (2000) um profundo observador do *modus operandi* da sociedade industrial inglesa e protagonista do contramovimento social e político que, devido a sua noção humana aplicada na indústria, tornou-se referência teórica nas discussões de cooperativismo no trabalho, fundamentando assim a Economia Solidária (SINGER, 2002).

Segundo Polanyi (2000), é a partir da degradação social e cultural, causadas pela exploração trabalhista do sistema capitalista, que se originam as organizações cooperativas de trabalhadores. De acordo com o autor, o liberalismo na Inglaterra, ou ainda, a organização fabril da Revolução Industrial causou o empobrecimento de artesãos e camponeses, transformando-os em massa proletária a serviço da exploração predominantemente dos proprietários industriais.

Com a recessão econômica na Inglaterra, decorrente do fim da demanda armamentista da Revolução Francesa, que ocupava grande parte de sua mão de obra, ocorreu a multiplicação dos pobres, a qual fez com que Owen apresentasse ao governo inglês uma proposta ao restabelecimento da economia local por meio da reinserção dos desempregados na produção. Com isso, o governo deixaria de subsidiar o sustento aos pobres (Ibidem). De acordo com Singer (2002), Owen argumentava que os fundos de sustento do governo não poderiam ter a finalidade apenas distributiva para a sobrevivência dos pobres; eles deveriam ser revertidos para a aquisição de terras e construções de aldeias cooperativas, onde determinado número de pessoas pudesse cultivar a terra para subsistência e trocar o excedente com outras aldeias. Embora o plano de reinserção de desocupados de Owen pudesse reduzir os gastos do governo, este entendeu que a proposta não se resumiria ao sustento de pobres, mas desencadearia uma mudança no sistema social, levando perigo à empresa capitalista.

Para Polanyi (2000), o owenismo surgiu comprometido para buscar outra forma de organização do trabalho (*Labour Exchange*), especialmente uma que considerasse a “pessoa” e sua organicidade na íntegra. A experiência da *Village of Co-operation de New Lanark*, na Escócia, foi o laboratório das experiências de inclusão pelo trabalho em “empreendimentos” produtivos-solidários de Owen, que mesmo nos períodos de retração econômica manteve o pagamento dos salários aos trabalhadores.

Sem sucesso com o governo inglês, Owen implementou uma aldeia cooperativa em *New Harmony*, nos Estados Unidos da América, ficando na direção desta por quatro anos; desiludido com os resultados, retornou à Inglaterra. Durante sua ausência, Mudie, um jornalista de Londres,

organizou em 1822 uma cooperativa de jornalistas e gráficos, dando origem à publicação do *The Economist*, o primeiro jornal cooperativo da Inglaterra. Com base na organização produtiva cooperativa Owenista muitas outras surgiram, fundamentando o contramovimento da classe trabalhadora à época.

O pioneirismo de *New Lanark*, segundo Polanyi (2000), inspirou pessoas na Inglaterra, no Continente Europeu e na América do Norte por aliar o ambiente fabril com o sentimento humano na organização produtiva, caracterizando assim a produção social por meio do trabalho.

O owenismo, para Polanyi (2000, p. 203), “representava os anseios do povo comum, esmagado pelo surgimento da fábrica, de descobrir uma forma de existência que tornasse o homem senhor da máquina”; constituía-se um desvio do capitalismo, um contramovimento à economia de mercado. Utopia à época, as ideias de Owen contribuíram para a resistência da corrente que considerava a máquina o padrão do indivíduo. Na concepção de Owen, “indivíduo” significava o ente provedor natural da máquina. Essa constatação o promoveu ao *status* de visionário, um revolucionário, dado que para ele o trabalhador com menos esforços poderia responder mais eficientemente às atividades diárias. O trabalho poderia contribuir para além da economia, estabelecendo-se no campo social.

[...] o traço característico do owenismo foi sua insistência na abordagem social [do trabalho]: ele se recusava aceitar a divisão da sociedade em esferas econômica e política e, em consequência, rejeitava a ação política. A aceitação de uma esfera econômica separada teria implicado o reconhecimento do princípio do ganho e do lucro como força organizadora da sociedade, e isto Owen recusava-se a fazer [...]. (Ibidem, p. 205-206).

A força do contramovimento Owenista consistia, segundo Polanyi (2000, p. 203), “no fato de sua inspiração ser eminentemente prática, porém seus métodos se baseavam numa apreciação do homem como um todo”, como um credo reconstrutor da sociedade.

Polanyi (2000) considera que Owen permitiu aos trabalhadores inserções nos campos educacional, cultural e de lazer, conferindo-lhes uma nova condição social; mesmo que recebendo salários abaixo do que outras indústrias da região, os trabalhadores empregados por ele obtinham vantagens compensatórias, como a redução da carga horária diária.

A organização dos trabalhadores em cooperativas Owenistas, de acordo com Singer (2002, p. 29), demonstrou mudanças na organização da produção e distribuição capitalista:

[...] os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhora salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar

substituí-los no mercado. A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariamento, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão.

Mesmo com as conquistas dos contramovimentos dos trabalhadores ingleses – como visto em Polanyi (2000) – mais precisamente em meados da década de 1940, os trabalhadores perderam de vista o objetivo primordial que era libertar-se do liberalismo, passando a lutar via sindicato para a manutenção e ampliação do assalariamento e da seguridade social. De acordo com Singer (2002, p. 109), os “sindicatos tornaram-se organizações poderosas, cuja missão passou a ser a defesa dos interesses dos assalariados, dos quais o mais crucial é [era] conservar o emprego”.

Os trabalhadores cederam à subordinação da produção assalariada. Em decorrência “surgia uma classe operária que se acostumou ao pleno emprego (que vigorou nos países centrais, entre as décadas de 1940 e 1970) e se acomodou com o assalariamento” (Ibidem, p. 110).

Na década de 1970, a perda de postos de trabalho formal fragilizou as bases dos sindicatos, em consequência, houve pressão sobre os que permaneceram empregados. Singer (2002, p. 110) considera que, com a adequação à nova realidade de incertezas, de arrocho salarial e de direitos, para ele “a instabilidade no emprego se agravou e a competição entre os trabalhadores dentro das empresas, para escapar da demissão, deve ter se intensificado”.

A partir desse cenário ocorre a criação de novas cooperativas, desse modo, afirma Singer (2002), o novo cooperativismo “é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento” (SINGER, 2002, p. 111). Em paralelo a esses desdobramentos, ocorreram outras transformações que reafirmaram a importância da participação social para o redesenho emancipatório da sociedade, sem depender estritamente do Estado.

A Economia Solidária: princípios que guiam a organização produtiva e social

Na busca de uma sociedade mais igualitária, a Economia Solidária é a forma de organização produtiva e distributiva que, segundo Singer (2002), baseia-se nos princípios de solidariedade, autogestão e divisão dos ganhos igualitários. Princípios não tão distantes dos apontados por Laville e Gaiger (2009): cooperação produtiva, autonomia e gestão democrática.

De acordo com Polanyi (2000), as experiências do cooperativismo de Robert Owen – que em meados do século XIX fundamentaram o socialismo utópico – na contemporaneidade inspiram e sustentam a Economia Solidária (SINGER, 2002). Laville e Gaiger (2009) afirmam que a Economia

Solidária tem origem na história do cooperativismo dos trabalhadores do início do século XIX e fundamentam o associativismo do mundo contemporâneo.

Para Singer (2002), a Economia Solidária surge em contraponto à competição da economia de mercado, a qual ele critica devido aos efeitos nefastos no campo social. Para o autor, a competição, via mercado, torna a vida humana uma corrida sem precedentes, e a busca para a superação “do outro” promove um universo de perdedores e ganhadores, desse modo: “perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras” (p. 8). Para a igualdade prosperar, Singer (2002, p. 9) argumenta: “seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva, isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir”. O autor considera que a solidariedade na economia “só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar”. Assim, a chave da Economia Solidária está na associação entre iguais – se houver lucro ou se acumular prejuízos todos compactuam igualmente –, a colaboração deve prevalecer para além dos enlances mercantis.

De acordo com Laville e Gaiger (2009), nos coletivos de geração de renda contemporâneos, tal como as associações de mulheres, a Economia Solidária privilegia o comum, a “solidariedade sobre o interesse individual” e a “socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários”, e também “cumpre uma série de funções em domínios como saúde, educação e preservação ambiental”, entre outros aspectos da realidade (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162).

Laville e Gaiger (2009) consideram que a solidariedade tem como base a ajuda mútua, manifestando-se de forma reivindicativa por um movimento social, em simultaneidade com a auto-organização. A solidariedade é a “[...] igualdade de direito entre as pessoas que nela se engajam. Pressupondo a liberdade de acesso ao espaço público para todos os cidadãos, ela se empenha em aprofundar a democracia política mediante uma democracia econômica e social” (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 310).

Segundo Mance (1999), por meio das organizações produtivas é que a solidariedade amplia as relações de responsabilidade das pessoas para com o coletivo, é onde os interesses e deveres comuns são partilhados em prol da coesão de determinado grupo social, é onde prevalece o apoio mútuo em defesa de objetivos mobilizados, é onde se desenvolve o trabalho social. Para o autor, o compartilhamento pelo trabalho contribui para a colaboração solidária e humanitária, sendo por meio deste que o “vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular” (MANCE, 1999, p. 17).

Para Laville e Gaiger (2009, p. 192), a solidariedade é instigada “por meio do engajamento cidadão em questões de interesse comum” e, quando consolidada, exerce uma espécie de regência sobre os participantes instituindo vínculos de reciprocidade.

Para Mance (1999, p. 15), a solidariedade cumpre seu papel quando a atuação mútua de dado grupo ou sociedade tem por objetivo “ampliar, a cada dia, as possibilidades do exercício das liberdades públicas e privadas”, transformando para melhor a realidade social.

Em oposição à hegemonia e à expansão do capitalismo, Mance (1999) argumenta que a colaboração solidária consiste em uma alternativa econômica, por reproduzir e articular valores sociais em redes que transcendem aos interesses individuais do mercado. Para o autor, as dicotomias entre capitalismo e colaboração solidária não são singulares, dado que avançam: a) ao invés do individualismo, a colaboração; b) da competitividade, a solidariedade; c) do desemprego, a geração de empregos; d) da destruição dos ecossistemas, o desenvolvimento ecologicamente sustentável; e) da exploração do trabalho, a redução da jornada de trabalho; f) da dependência de capital externo, o aumento da poupança interna; g) da concentração do capital, a distribuição da riqueza; h) do crescimento macrourbano, o desenvolvimento sustentado distribuído no território e; i) da livre iniciativa privada, a livre iniciativa solidária.

A colaboração solidária é, pois, uma atitude ética que orienta a nossa vida e uma posição política frente à sociedade em que estamos inseridos. Eticamente, trata-se de promover o bem-viver de cada um em particular e de todos em conjunto, e politicamente de promover transformações na sociedade com esse mesmo fim. (MANCE, 1999, p. 19).

Outro princípio da Economia Solidária, apontado por Singer (2002), é a autogestão que decorre do exercício democrático. Mesmo que complexo, por expressar anseios e multiplicidades de pensamentos dos envolvidos, a autogestão precede de espaços coletivos que conduzem às tomadas de decisões. A autogestão promove autonomia política.

De acordo com Singer (2005), as organizações coletivas ou empresas autogeridas por trabalhadores cumprem função social devido à inserção ou reinserção de pessoas na produção, especialmente em momentos de crises geradas pela competição do capital privado e, conseqüente, generalização do desemprego.

Segundo Mance (1999), a autonomia na colaboração solidária possibilita ao indivíduo suprir suas necessidades básicas de consumo no coletivo; possibilita (re)construir uma sociedade por promover condições de (re)produção social e processos emancipatórios aos excluídos e marginalizados na sociedade de mercado.

A ação coletiva da Economia Solidária, para Laville e Gaiger (2009, p. 166), quando consolidada pela autogestão “institui novos protagonistas no mundo de trabalho e nos embates da cidadania em resposta a anseios de bem-estar, reconhecimento e vida significativa”. A participação produtiva torna-se o meio para alcançar outros objetivos não monetários.

Para Singer (2005, p. 87), a autogestão somente será realidade “quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza[r] de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social”.

O compartilhamento, outro princípio com base em Singer (2002), para a Economia Solidária faz referência à propriedade social dos meios de produção e a partilha das sobras entre os trabalhadores proprietários. Para Singer (2002), a divisão igualitária entre associados ou cooperados supera o economicismo das relações entre proprietários e assalariados, as práticas do capitalismo que originam o lucro.

Independente dos diferentes princípios que orientam a Economia Solidária de Singer (2002) e de Laville e Gaiger (2009), a economia solidária se caracteriza pela produção e consumo fundamentados em vínculos de reciprocidade de modo que a “produção material subordina-se a necessidades coletivas e guarda um sentido primordialmente social” (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 163). Para os autores, a experiência solidária denota princípios de produção amparados na indissociabilidade entre as relações sociais e econômicas, essas, consolidadas sob a coordenação de práticas voluntárias de associativismo e cooperativismo, respectivamente.

Os princípios da Economia Solidária, visualizados a partir das cooperativas produtivas de Owen elencados por Singer (2002), segundo Chanial e Laville (2009), norteiam o associativismo atual. Ambos partem da defesa de um objeto ou causa em comum por meio de uma ação coletiva. É nesse contexto que, para Chanial e Laville (2009, p.21), “a associação [é] abordada sociologicamente como um espaço que opera a passagem, graças a um encontro interpessoal, entre redes de sociabilidades primária e secundária, entre esferas privada e pública”, ou ainda, que opera entre as estruturas capitalistas e socialistas, respectivamente.

Segundo Chanial e Laville (2009, p.24), a associação surge para a reorganização compartilhada dos meios de produção (propriedade social), ao passo que “a democracia permite organizar essa copropriedade” (propriedade cívica), ou seja, a autogestão para a produção com base em equipamentos de propriedade social. Por intermédio da propriedade social se concretiza: tanto o ideal de justiça social quanto o imperativo de liberdade e cidadania social. A propriedade cívica seria assegurada pela participação direta de propriedade social. A associação, desenvolvida pelo

“autogoverno dos cidadãos associados” constituiria o único meio de se praticar conjuntamente o socialismo e a democracia (CHANIAL; LAVILLE, 2009, p. 25).

Para Chaniel e Laville (2009), no associativismo as liberdades individuais decorrem das relações de cooperação e demandam a ampliação de espaços para o cultivo das mais variadas formas de atuação coletiva, bem como do empenho mútuo; também, ratificam os autores que “é por meio do envolvimento em tais relações de associação que o indivíduo poderá desenvolver livremente cada uma de suas faculdades, realizar-se como indivíduo social” (CHANIAL; LAVILLE, 2009, p. 25).

Considerações finais

Esta breve recuperação histórica dos contramovimentos, e em especial o Owenista, do livro “A grande transformação: as origens de nossa época” de Polanyi, relacionados aos princípios do cooperativismo que fundamentam a Economia Solidária de Singer e aos princípios do associativismo que fundamentam uma nova organização societal contemporânea, proposta por Chaniel e Laville, conduzem às reflexões sobre a organização produtiva e distributiva (contribui?) para emancipação social, político e econômica dos trabalhadores – condição de ser humano na sua integralidade – e, concomitantemente, sobre a satisfação das necessidades individuais pela organização produtiva em coletivos, grupos não hierarquizados.

Os princípios da Economia Solidária desnaturalizam a terra, o homem e o dinheiro como mercadorias. Na Economia Solidária, o trabalho não perde sua centralidade da organização social para que o homem ganhe centralidade. O homem que realiza o trabalho não pode ter salários no mercado, conforme a abundância ou escassez destes, tampouco deve servir para valorizar o capital, quando usado para apropriação do proprietário deste (trabalho abstrato). O homem é um ser integral que deve participar das decisões, da produção e dos resultados, e isso só é possível quando a organização da produção é compartilhada, quando a propriedade é social.

Os princípios que orientam a Economia Solidária também orientam o associativismo que se origina a partir da “defesa de um objeto ou causa em comum por meio de uma ação coletiva” e se distingue do objeto ou causa que movem: o Mercado, movido pelo individual por meio da competição; e o Estado, movido ora pelo social, ora pelo econômico por meio de ação pública.

A solidariedade, a autogestão e o compartilhamento possibilitam a igualdade entre os cooperados nas organizações produtivas e entre os associados em uma sociedade democrática.

Atualmente, no Brasil não há políticas relacionadas à organização produtiva e distributiva – que orientem outras economias – pelo governo federal, como foi o caso da Economia Solidária que vigorou entre os anos de 2003 até o início de 2016. Nesse sentido, pode-se entender que ocorre um contramovimento para a manutenção do Mercado, como orientador da produção e da distribuição no Brasil.

A Economia Solidária se constitui de princípios que orientam a ação humana. Não assinalam somente outra economia, mas sim outra sociedade, porque (re)estabelece relações sociais a partir da organização produtiva.

Referências

CHANIAL, P.; LAVILLE, J.L. Associativismo. In: HESPANHA, P.; CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.; GAIGER, L. I. (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina CES, 2009.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAVILLE, J.L; GAIGER, L.I. Economia solidária. In: HESPANHA, P.; CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.; GAIGER, L. I. (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina CES, 2009.

MANCE, E. A. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. tradução de Fanny Wrobel. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

SANDRONI, P. (Org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 81-130.

Artigo recebido em 31/03/2019. Aceito para publicação em 14/10/2019.